

**III Encontro De  
Famalicão  
para o  
Mundo**

**ES TIG**

**Questões  
do Tempo  
Presente:  
dos estigmas  
aos Direitos  
Humanos**

**MAS**

**16.  
17.09.22H**



Eleanor Roosevelt a segurar a Declaração dos Direitos Humanos

**Auditório da Fundação  
Cupertino de Miranda / Famalicão**





## Que Memória ensinar com os depoimentos dos sobreviventes do Holocausto escritos em português e espanhol?

Karl Schurster  
Universidade de Vigo

A própria origem e a conceituação jurídica de genocídio prendem-se à experiência do Holocausto judaico na Segunda Guerra Mundial e do seu impacto sobre a consciência mundial. Contudo, o Holocausto não foi nem o primeiro nem o único genocídio do século XX. Embora não existam dúvidas sobre as características genocidas do Holocausto e sua insuperabilidade como crime sistemático, coletivo e intencional cometido contra os judeus, surgem grandes debates na caracterização e extensão do conceito de genocídio e as suas intrínsecas relações com as discussões sobre direitos humanos. Sem qualquer dúvida, o Holocausto judaico, por suas características cruéis e todo seu grandioso aparato, permanece como paradigma, consciente ou inconscientemente, para os demais fenômenos ditos correlatos. Muito se falou dos limites da transmissibilidade e de que a língua não teria ferramentas para representar o trauma social coletivo. Afinal, como ensinar algo que possui interditos dentro da própria linguagem? Quais os limites e possibilidades para o ensino de história do Holocausto e dos Direitos Humanos no século XXI? São essas as perguntas que tentaremos responder nessa apresentação.

### Nota biográfica

Karl Schurster, professor na Universidade de Vigo pelo contrato Maria Zambrano de Talento Internacional, livre docente pela Universidade de Pernambuco. Pós Doutor pela Universidade Livre de Berlim e vencedor do prêmio Jabuti em Ciências Humanas 2014.



## Educação e Antissemitismo

Xuan Manuel Garrido

Vilariño, Universidade de Vigo

O nosso título «Que Memória ensinar com os depoimentos dos sobreviventes do Holocausto escritos em português e espanhol? Os casos de Stanislaw Szmajzner, Émile Henry, Ilse Losa, Dunia Wasserstrom, Violeta Friedman e Mercedes Núñez Targa» foi a pergunta que colocamos quando recebemos a missão do Centro Autonómico de Formação e Inovação do governo da Galiza para elaborar o programa do curso virtual «Ensinar o Holocausto» destinado ao professorado do primário e do secundário. Nessa altura, no ano 2015, tínhamos os recursos educativos fornecidos pela Escola Internacional do Holocausto de Yad Vashem, mas não havia nada elaborado a respeito dos seis testemunhos dos sobreviventes mencionados no título da nossa palestra, agás no caso da Ilse Losa. E isto é já muito relevante porque indica o exercício de memória histórica que os aparatos ideológicos dos Estados pretendem trazer para o tempo presente no âmbito educativo.

A invisibilidade do Holocausto exprimido em língua portuguesa e espanhola nas sociedades ibéricas chega até tais níveis de escurecimento que nem sequer tínhamos constância da existência dum dos primeiros depoimentos publicados no mundo, em Novembro de 1945, como é o caso de «A morte lenta, memórias dum sobrevivente de Buchenwald» de Emile Henri.

A nossa intenção é expor as causas políticas e culturais que provocaram e provocam todavia hoje o escurecimento dos testemunhos escritos nas nossas línguas e por quê estes não se incluem nos livros de texto nem aparecem como autores do cânone da literatura do Holocausto no âmbito hispânico e lusófono, frente à reivindicação e a “musealização” de figuras de salvadores do Holocausto como Arístides de Sousa Mendes em Portugal e as irmãs Touza na Galiza.

### Nota biográfica

Xoán Manuel Garrido Vilariño, investigador titular del Grupo de Investigación.

Traducción & Paratraducción (T&P), professor asociado na Universidade de Vigo e catedrático de Instituto na IES Politécnico de Vigo. Tradutor do Primo Levi ao Galego.



## Antissemitismo e o filossemitismo na imprensa portuguesa (1933-1939)

Claúdia Ninhos

IHC – NOVA FCSH/IN2PAST e Fundação Aristides de Sousa Mendes

É inegável o papel importante que a imprensa e outros meios de comunicação desempenharam nas sociedades contemporâneas, funcionando como instrumento para a disseminação massificada de informação e influenciando a opinião pública. No entanto, os jornais continuam a ser uma fonte de informação secundária, mesmo entre a historiografia internacional.

O objetivo desta comunicação é compreender a forma como a imprensa portuguesa noticiou o anti-semitismo nazi durante o período que antecedeu a Segunda Guerra Mundial, recorrendo à metodologia de análise do conteúdo.

### Nota biográfica

Doutorada em História Contemporânea pela Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova. É investigadora do Instituto da História Contemporânea da mesma instituição. A sua investigação centra-se nas relações entre o Estado Novo e o III Reich e no Holocausto. Desenvolve atualmente um trabalho de investigação sobre a cobertura jornalística do anti-semitismo e do Holocausto na imprensa portuguesa. É co-autora do livro *Salazar, Portugal e o Holocausto* (Temas e Debates, 2013) e autora do livro *Portugal e os Nazis* (A Esfera dos Livros, 2017). Docente na Universidade Lusófona.



## O papel da Organização Internacional para as Migrações (Agência das Nações Unidas) na assistência humanitária e na gestão dos fluxos migratórios

Vasco Malta  
OIM Portugal

Na sequência do conflito na Ucrânia, a situação no Afeganistão, Iémen e outros conflitos pelo mundo fora, esta sessão procurará explicar o papel que a IOM tem tido na assistência humanitária e na gestão dos fluxos migratórios. Na sessão também exemplificará o trabalho efetuado pela IOM em Portugal.

### Nota biográfica

Vasco Malta, é licenciado em Direito e LLM em Direito Europeu em Contexto Global, pela Católica Scholl of Law. Terminou em 2021, pela Harvard Business Publishing School, o curso "Pensamento Estratégico e Gestão" com sucesso. É advogado desde 2005 e iniciou o seu trabalho na área dos direitos humanos no Alto Comissariado para as Migrações e o Diálogo Intercultural, em Portugal, em 2009. Foi também responsável jurídico da Comissão para a Igualdade e Contra a Discriminação Racial e fez parte da Comissão Nacional de Direitos Humanos. Foi nomeado, pelo Governo Português, em 2009 como Oficial Nacional de Ligação para a Agência Europeia dos Direitos Fundamentais da União Europeia e, desde 2014 até 2018, trabalhou na Agência como Perito Nacional destacado, coordenando, entre outros, a rede de Oficiais de Ligação Nacional da EU junto da Agência, a rede EU dos Pontos Focais dos Parlamentos Nacionais, o projeto EU Working Party on Hate Crime e foi ainda responsável pela cooperação entre a Agência e as redes de profissionais da justiça da UE. Em fevereiro de 2018 foi designado Adjunto do Senhor Alto Comissário para as Migrações, sendo que assumiu funções, em março 2019 como Diretor para as Relações Internacionais, Política Migratória e Captação de Migrantes do Alto Comissariado para as Migrações. Em novembro de 2019 foi nomeado Adjunto do Ministro da Administração Interna, para as áreas das migrações, refugiados, tráfico de seres humanos e violência doméstica e foi designado como Conselheiro na Comissão para a Igualdade e Contra a Discriminação Racial em representação do Ministério da Administração Interna. Em novembro 2020, depois de um processo de seleção internacional, foi escolhido como Chefe de Missão da Organização Internacional das Migrações (IOM) (Agência das Migrações das Nações Unidas) em Portugal. É frequentemente orador convidado em diversas conferências nacionais e internacionais.



## Pensar em Tempos de Não Pensamento

Rui Pereira

Universidade Lusófona do Porto

### O brutal do não-pensamento

O “brutal”, tal como aqui se propõe pensá-lo, tem a ver com o “bestial”, com a desmesura da grosseria, com a fealdade kitsch no estético, com o psitacismo idiotizado no discurso dos media e da política, com a estridência continuada e agravada na conversação quotidiana, nos gestos e nas condutas que excedem e espaço de cada qual face aos demais. O “brutal” tem, aqui, a ver com a erupção violenta, súbita, da cólera, como com o triunfo do sarcasmo a que é trivialmente votada a sensibilidade, na clássica confusão psicológica entre gentileza e fraqueza. Relaciona-se, ainda, com o curto princípio da técnica sem ética, segundo o qual todo o possível é, automaticamente, realizável. Apesar de se projetar socialmente sob a forma de desagregação do social, este “brutal” é fundamentalmente egóico, narcísico e desesperado. Tem a ver com a boçalidade generalizada e é, em suma, o estuário de diferentes formas de estupidação, tanto individualmente funcional como socialmente constitutiva, amalgamadas e terraplanadas não pelas deficiências do raciocínio, mas pela pura ausência de qualquer tipo de pensamento.

### Nota biográfica

Rui Pereira é doutorado em Sociologia da Comunicação e da Informação pela Universidade do Minho. Leciona na Universidade Lusófona do Porto, na licenciatura em Ciências da Comunicação, de cujo curso é diretor, e onde tem a seu cargo as cadeiras de Epistemologia da Comunicação, Análise do Discurso, Ética e Teorias do Jornalismo. Leciona ainda no Mestrado em Comunicação Redes e Tecnologias e no Doutoramento em Comunicação e Ativismos, na mesma universidade. Foi jornalista durante vinte anos, dos quais os últimos treze no semanário Expresso. No âmbito do jornalismo foi, entre outras distinções, galardoado com o Prémio Gazeta de Revelação. É autor de publicações científicas e académicas, bem como de diversas obras de ensaio e reportagem, várias das quais publicadas em, ou traduzidas para inglês, espanhol, francês, alemão e italiano. A sua área de investigação centra-se na análise do discurso, especialmente no que concerne às relações entre sistemas de poder e dispositivos de comunicação ampliada. O seu mais recente trabalho em livro, intitula-se Pensar em Tempos de Não Pensamento – Notas para uma análise do brutal na contemporaneidade.



## Direitos Humanos

### Marta Santos Pais

Comissária do Programa Nunca Esquecer, Defensora dos Direitos Humanos e Membro da Comissão Internacional contra a Pena de Morte

A condenação e o repúdio das atrocidades cometidas durante a segunda guerra mundial levaram a comunidade internacional a manifestar um compromisso inabalável pela paz, o respeito do primado do direito e a salvaguarda dos direitos humanos de todos os membros da família humana – de todos, sem discriminação alguma.

Com a criação da Organização das Nações, em junho de 1945 – um mês depois da rendição das forças do III Reich - e o estabelecimento do Conselho da Europa, em maio de 1949, foram lançados sólidos fundamentos para a proteção dos direitos humanos: como prioridade da agenda política internacional e regional, e como imperativo ético e normativo para a ação de cada Estado.

Os direitos humanos não são o privilégio de alguns. São universais, inalienáveis e inerentes à personalidade e dignidade humana de cada indivíduo. E constituem um ideal comum a alcançar por todos os povos e todas as nações. Da realização dos direitos humanos dependem a liberdade, a justiça e a paz no mundo. E o ensino e a educação dos direitos humanos são indispensáveis para a prossecução desse objetivo.

Os valores da Declaração Universal continuam a informar o desenvolvimento de convenções internacionais e, naturalmente também, o travejamento jurídico e as políticas públicas de inúmeros países, incluindo Portugal.

Infelizmente, porém, os riscos para a defesa dos direitos humanos espreitam em cada momento. Bastaria recordar a situação trágica dos cerca de 100 milhões de refugiados e deslocados que, nos nossos dias, se veem forçados a abandonar as suas comunidades para escapar à destruição da guerra, à perseguição ideológica, étnica e religiosa, e à violação sistemática dos seus direitos. Ou pensar nos milhares de vítimas de xenofobia, discriminação e antissemitismo, tantas vezes invisíveis ou ignorados perante uma crescente passividade social.

Investindo na educação dos direitos humanos, prevenimos o risco de enfrentar uma vez mais as atrocidades do passado; e recusamos a indiferença, o medo e a impunidade quando as violações têm lugar. Como sublinhava Eleanor Roosevelt, os direitos humanos «começam em pequenos lugares, perto de casa - lugares que não encontramos em nenhum mapa do mundo. E, no entanto, estes são o mundo do indivíduo: a escola que frequenta; a comunidade onde vive; o local onde trabalha. Se os direitos humanos não tiverem significado aí, então terão muito pouco significado em qualquer outro lugar.»

#### Nota biográfica

Marta Santos Pais é licenciada em Direito pela Universidade Clássica de Lisboa. Entre maio de 2009 e maio de 2019 foi Representante Especial do Secretário-Geral da Organização das Nações Unidas sobre Violência contra a Criança. De setembro de 2019 a março de 2020 foi membro da Comissão de Inquérito das Nações Unidas sobre Ataques contra Instalações Humanitárias na Síria.

Anteriormente, tinha exercido as funções de diretora de Avaliação, Políticas e Planeamento da UNICEF, em Nova Iorque (1997 a 2001), e diretora do Centro de Estudos Innocenti desta organização, em Florença (2001 a 2009). Antes da sua nomeação como alta funcionária da UNICEF, foi relatora do Comité das Nações Unidas sobre os Direitos da Criança, vice-presidente da Comissão de Coordenação de Políticas da Infância do Conselho da Europa e membro da Comissão Portuguesa para a Promoção dos Direitos Humanos e a Igualdade.

Conta com mais de 30 anos de experiência na área de direitos humanos e cooperação jurídica, sobretudo no seio das Nações Unidas e do Conselho da Europa, tendo participado na redação de vários instrumentos jurídicos internacionais, incluindo a Convenção sobre os Direitos da Criança e os seus protocolos facultativos, o Segundo Protocolo Facultativo ao Pacto Internacional sobre os Direitos Cíveis e Políticos com vista à Abolição da Pena de Morte e a Declaração das Nações Unidas dos Defensores de Direitos Humanos



## A inclusão em contexto escolar

Sandrine Forte

Diretora do Agrupamento de Escolas de Pedome

A Escola é uma organização que interage com a sociedade. Por um lado, todos os dias é confrontada com informações que condicionam a sua dinâmica e, por outro, ela própria sente necessidade de contactar o meio em que se encontra inserida. Deste modo, a escola necessita de ampliar o campo de visão e estar atenta aos novos contextos sociais e novas exigências. A luta às diversas crises teve e tem atritos provenientes de um desinvestimento das políticas públicas, deixando à vista um recuo do Estado-providência, com desinvestimento dos serviços, equipamentos e infraestruturas públicas. Com impactos altamente assimétricos, a ideia de que, por exemplo, a pandemia não reconhece barreiras de classe ou outra categoria de fronteiras sociais é um “mito conveniente” (Harvey, 2020). A pandemia, infelizmente, aumentou desigualdades e mostra o formato das estruturas sociais, por isso, “uma abordagem interseccional é crucial para entender como a crise é vivida e por que razão como a enfrentamos é profundamente desigual e injusta” (Pleyers, 2020, p.3). A Escola centrada na aprendizagem e inclusiva só faz sentido se a sociedade se responsabilizar, progressivamente, por um conjunto de missões que, até agora, têm sido assumidas pela Escola (Nóvoa, 2009).

### Nota biográfica

Sandrina da Silva Fortes, licenciada em Professores do Ensino Básico, variante matemática e ciências, pela Escola Superior de Educação, do Instituto Politécnico de Leiria, onde exerceu cargos de dirigente associativa, membro do conselho pedagógico e geral. Concluiu cursos de especialização em Organizações Educativas e Administração Educacional, pela Universidade do Minho; Supervisão Pedagógica pela Universidade Aberta e Tecnologia Educativa, também pela Universidade do Minho. É docente de carreira, no grupo 230, matemática e ciências, no quadro de Agrupamento de Escolas Gonçalo Sampaio, Póvoa de Lanhoso. Atualmente, é Diretora do Agrupamento de Escolas de Pedome, onde exerce há 13 anos. Ao longo de mais de 20 anos, foi professora em territórios TEIP na Damaia, Mira-Sintra, Brandoa, Amadora, São Domingos de Rana e exerceu múltiplos cargos de gestão na escola: coordenadora de estabelecimento, coordenadora do programa territórios de educativos de intervenção prioritária, membro do conselho geral, comissária da parentalidade, assessora do diretor, subdiretora e membro do conselho pedagógico, que atualmente preside, como diretora.



## A inclusão em contexto escolar

Helena Pereira

Diretora do Agrupamento de Escolas D. Sancho I

O Decreto-Lei n.º54/2018 de 6 de julho refere a inclusão escolar, como uma das prioridades da ação governativa que aposta numa escola inclusiva, onde todos e cada um dos alunos, independentemente da sua situação pessoal e social, encontram respostas que lhes possibilitam a aquisição de um nível de educação e formação facilitadoras da sua plena inclusão social. Apesar das escolas já lidarem com esta situação há vários anos, a abordagem de novas políticas educativas veio tornar urgente a necessidade de repensar as práticas educativas e potenciar olhares diferentes sobre a inclusão. Se por um lado este conceito está relacionado com o direito à equidade e à justiça na educação, por outro lado, encerra em si mesmo um leque variado de diferentes realidades sociais culturais e linguísticas. Esta diversidade presente na escola implica uma busca constante de novas estratégias capazes de garantir a verdadeira inclusão. O principal desafio é delinear estratégias de atuação desde o pré-escolar ao 12º ano.

### Nota biográfica

Maria Helena Carvalho Dias Pereira, residente em Vila Nova de Famalicão, é licenciada em Ciências Sociais e Humanas pela Universidade do Minho e especializada em Administração e Gestão Escolar pela Universidade Portucalense. Exerceu a função de professora durante mais de 20 anos e atualmente faz parte do quadro do Agrupamento de Escolas D. Sancho I, no qual é diretora. Ao longo destes anos desempenhou vários cargos em estruturas de gestão intermédia e nos últimos dezoito anos integrou diferentes equipas de Direção, no Agrupamento de Escolas de Calendário e no Agrupamento de Escolas D. Sancho I.



## A inclusão em contexto escolar

Carlos Teixeira

Diretor do Agrupamento de Escolas Camilo Castelo Branco

A “Inclusão em Contexto Escolar”, deve ter como ponto de partida uma visão holística do conceito de inclusão onde a todos, sem exceção, crianças, jovens e adultos deve ser proporcionada uma educação de qualidade. A partir desta visão, será feita uma abordagem ao que se entende por educação de qualidade e o modo como as organizações, nomeadamente as escolares, podem projetar a sua ação para atingir o desiderato de proporcionar a todos uma educação de qualidade.

Importa revisitar as potencialidades e/ou fragilidades normativas que impulsionam e/ou condicionam a ação de cada organização escolar, na caminhada para uma educação de qualidade.

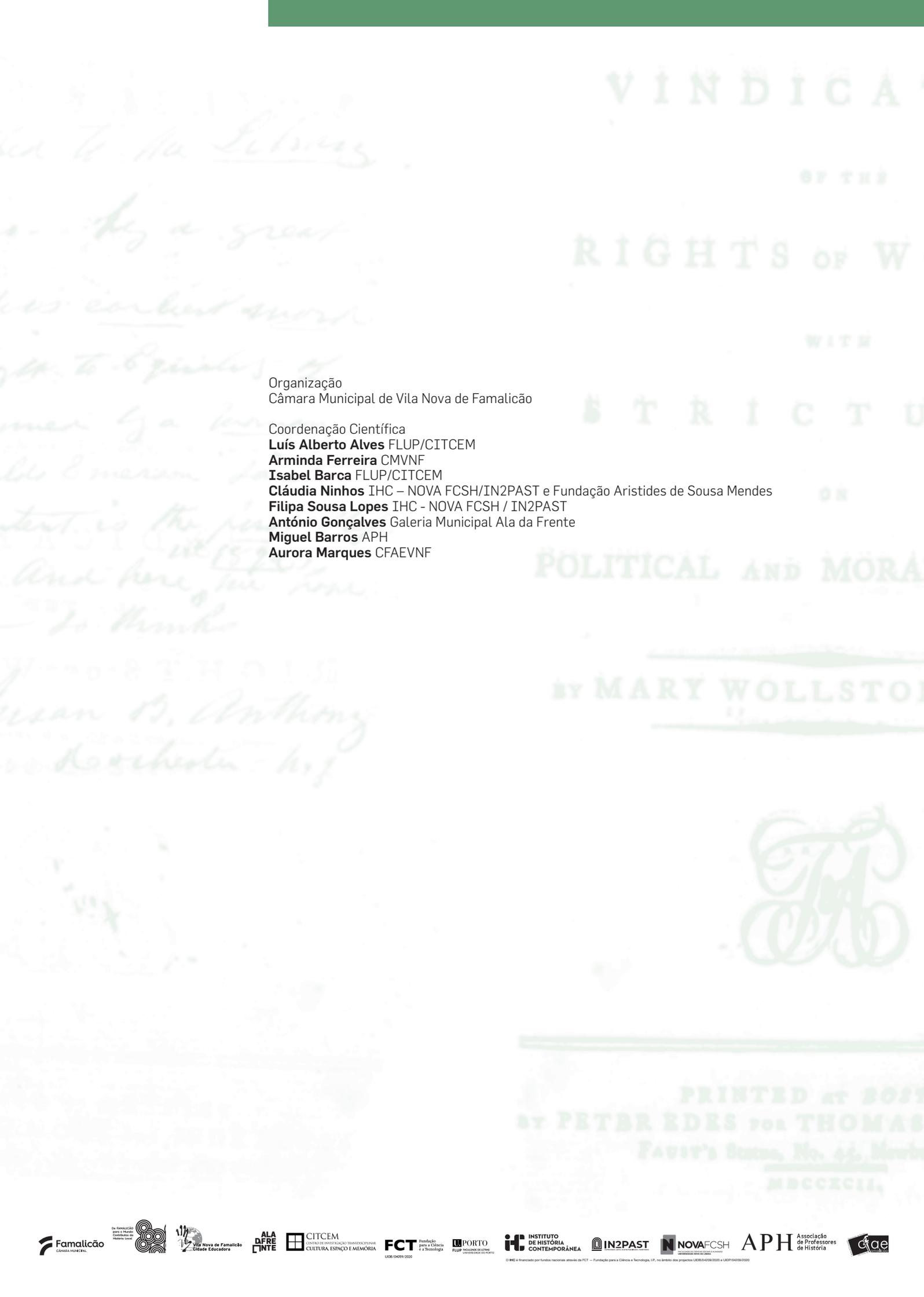
Tendo por base o que está ao dispor de todas as organizações, nomeadamente as potencialidades e/ou fragilidades normativas, será realizada uma viagem educativa sobre o modo como uma organização escolar se pode organizar para construir de forma partilhada, em comunidades educativas de aprendizagens, o seu projeto educativo.

### Nota biográfica

Carlos Alberto Gomes Teixeira, Licenciado em Humanidades, pela Universidade Católica Portuguesa, na Faculdade de Filosofia de Braga, com o Curso de Pós-Graduação – Especialização em Administração Escolar, pela Universidade do Minho, Braga. É docente de carreira, integrado no grupo 300, português, no quadro do Agrupamento de Escolas Camilo Castelo Branco (AECCB), Vila Nova de Famalicão, onde exerce o cargo de Diretor e Presidente do Conselho Pedagógico, desde novembro de 2014.

Ao longo da sua carreira tem exercido cargos de direção em instituições ligadas ao ensino: Secretário do Conselho Diretivo da Escola EB 2,3 de Ribeirão, Vila Nova de Famalicão; Presidente do Conselho Executivo, Diretor e Presidente do Conselho Pedagógico da Escola Secundária de D. Dinis, Santo Tirso; Assessor Técnico Pedagógico do Externato Augusto Simões Ferreira da Silva, AESBUC, Universidade Católica Portuguesa, Porto; Diretor do Centro de Formação de Professores da Associação Portuguesa de Ética e Filosofia Prática.

Atualmente para além do cargo de Diretor e Presidente do Conselho Pedagógico do AECCB é membro do Conselho de Escolas, órgão consultivo do Ministério da Educação.



Organização  
Câmara Municipal de Vila Nova de Famalicão

Coordenação Científica  
**Luís Alberto Alves** FLUP/CITCEM  
**Arminda Ferreira** CMVNF  
**Isabel Barca** FLUP/CITCEM

**Cláudia Ninhos** IHC – NOVA FCSH/IN2PAST e Fundação Aristides de Sousa Mendes  
**Filipa Sousa Lopes** IHC - NOVA FCSH / IN2PAST  
**António Gonçalves** Galeria Municipal Ala da Frente  
**Miguel Barros** APH  
**Aurora Marques** CFAEVNF

VINDICATION  
OF THE  
RIGHTS OF WOMEN  
WITH  
STRICTURE  
ON  
POLITICAL AND MORAL  
REASON  
BY MARY WOLLSTONECRAFT



PRINTED AT BOSTON  
BY PETER EDDES FOR THOMAS  
FAUST'S STORE, No. 42, NEWBURY  
MDCCLXXII.